**FRENTES PIONEIRAS, GENTE E TERRA.**

**UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DOS PROCESSOS DE RACIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO OESTE-PAULISTA**

**FRONTS PIONEERS, PEOPLE AND EARTH. ANTHROPOLOGICAL ANALYSIS FROM THE HISTORICAL CONTEXT BORA (SP)**

**RESUMO:**

Neste artigo, proponho examinar eventos históricos relacionados ao processo de povoamento da região Centro Oeste do Estado de São Paulo. Mais especificamente, os processos sociais de ocupação do território, de desenvolvimento urbano-industrial e seus impactos na reconfiguração dos significados tradicionais da posse da terra. Em linhas gerais, consideramos que representam etapas de um processo de racionalização do território, o que representou uma transformação das relações sociais e das subjetividades. São elementos da gênese social das populações do Oeste-paulista. Para isto, tomo como caso empírico o contexto de formação da cidade de Borá, localizada a 437 km de distância da capital do estado. Partindo desses referenciais, o objetivo é o de compreender antropologicamente o delinear das relações sociais dos grupos pioneiros e os efeitos simbólicos de determinados eventos na configuração social do Oeste-paulista. O texto apresentado faz parte de um trabalho mais amplo, resultado da pesquisa de mestrado em fase de conclusão. Em relação aos métodos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo etnográfico entre os anos de 2011-2012, assim como análise de fontes secundárias que contemplassem o foco do estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** frentes pioneiras; território; antropologia; história; Centro Oeste-paulista.

**ABSTRACT**:

In this article, I propose to examine historical events related to the settlement process in the region of São Paulo State Central West. More specifically, the social processes of occupation of the territory, urban-industrial development and its impact on the reconfiguration of the traditional meanings of land tenure. In general, we consider that represent stages of a planning process of rationalization, which represented a transformation of social relations and subjectivities. Are elements of the social genesis of the people of West Paulista. For this, take as empirical case the context of formation of the city of Borá, located 437 km away from the state capital. Based on these benchmarks, the goal is to understand anthropologically the outline of the social relations of the pioneering groups and the symbolic effects of certain events in the social setting of the West São Paulo. The displayed text is part of a larger work, a result of the master's research nearing completion. Regarding research methods, it was conducted ethnographic fieldwork in the years 2011-2012, as well as analysis of secondary sources that addressed the focus of the study.

**KEYWORDS**: pioneer fronts; territory; anthropology; history; West São Paulo center.

**INTRODUÇÃO**

Neste artigo, retomo eventos históricos que marcaram o desenvolvimento do Oeste-paulista, mais especificamente da região Centro-Oeste do estado, onde está localizada a cidade de Borá. O objetivo é o de explorar determinadas questões pertinentes ao olhar antropológico, como por exemplo, as motivações da ocupação do território pelos grupos pioneiros, os impactos simbólicos do avanço da ferrovia e a mudança social subjacente ao povoamento das então novas cidades do interior de São Paulo. Neste contexto, examino o processo de municipalização de Borá, situação na qual se destacam determinados atores e interesses que nos ajudam a compreender melhor as tensões inscritas – e muitas vezes silenciosas – destes processos.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que ao falar em história refiro-me a maneira como, comumente, ela é compreendida pelos antropólogos (Evans-Pritchard, 1961; Sahlins, 1999; Pissolato, 2015; Lévi-Strauss, 1980; Goldman, 1999; Schwarcz, 2005). Quero dizer, a dimensão histórica pensada enquanto *movimento* e *continuidade*, não como uma simples sucessão de eventos[[1]](#footnote-1) ou um conceito estático – delimitado entre passado e presente –, mas a história como um produto humano, fruto das *sínteses* elaboradas na estabilidade e na mudança (Sahlins, 1999: 180).

Dito de outro modo, a ideia consiste em “inserir a cultura na história” (Pissolato, 2015: 214; Sahlins, 1999; 2007), conferindo uma atenção mais apurada às sutilezas dessas relações, à persistência de determinados quadros culturais e suas alterações. Os dados históricos nos auxiliam aqui a encontrar pistas para compreender os significados contidos no mito dos “pioneiros” narrados pelos boraenses e também a legitimidade que as famílias mais antigas possuem para narrar a história local.

Neste sentido, aponto ao longo do texto alguns eventos históricos ligados ao avanço das “frentes pioneiras” para o Oeste-paulista no início do século 20, partindo da economia cafeeira passando pela chegada da estrada de ferro e o povoamento das cidades. Ainda que não seja tratada explicitamente, também consideramos os desdobramentos desse processo, como a reestruturação produtiva por meio dos projetos de modernização da agricultura nos anos 70, que, por sua vez, proporcionaram o cenário da ascensão da cana-de-açúcar nas últimas décadas, e mais recentemente, as transformações promovidas pelo agronegócio nesta porção do estado. Como o objetivo aqui é tratar apenas dos eventos históricos mencionados, não abordaremos outros fenômenos inscritos nos projetos de modernização e desenvolvimento do Estado.

Por fim, esclareço de antemão que não pretendo traçar uma análise histórica detalhada como de costume é a análise dos historiadores. Quero apenas chamar atenção para certos eventos que dizem ajudam a compreender as implicações dos processos de racionalização do território e seus efeitos na subjetividade dos atores sociais. Assim, este artigo segue como o esboço de um diálogo que versa entre a análise dos eventos históricos e a interpretação antropológica.

1. **FRENTES PIONEIRAS E FRENTES DE EXPANSÃO**

As *frentes pioneiras* que avançaram sobre o Oeste-paulista ainda no século 19, e que se seguiram nas décadas posteriores, atravessando o século 20, correspondem ao processo de expansão cafeeira rumo ao chamado “sertão desconhecido” em busca de terras cultiváveis.

No mapa abaixo, indicado pelo círculo vermelho, está o território o qual foi chamado de “sertão desconhecido” (Beier, 2014), referindo-se as poucas informações sobre a região e refletindo em imaginários diversos na população por meio dos mapas e relatos sobre a localidade. Nele estão as regiões e sub-regiões que hoje conhecemos como Nordeste, Noroeste, Sudoeste e Oeste do estado de São Paulo[[2]](#footnote-2).

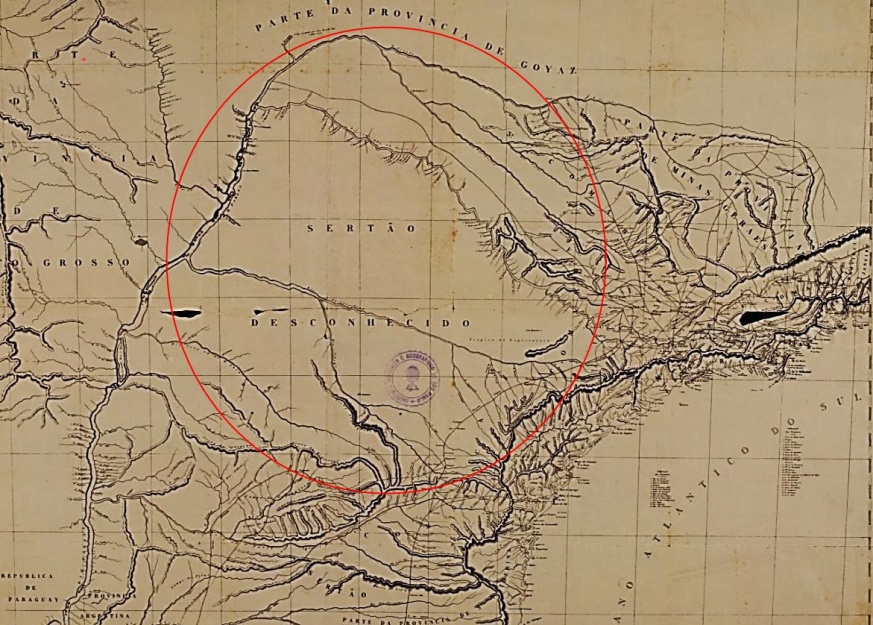


Figura 1: Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo. 1841. Paris. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Antes de prosseguirmos, é importante apontar o debate em torno das ideias de *frente pioneira* e *frente de expansão*. A discussão mais conceitual ganhou força a partir da década de 80 nas ciências sociais brasileiras, com destaque para as abordagens de Otávio Velho (1979; 1972; 1981) e José de Souza Martins (1996; 1997; 1980). O problema consistia em torno das definições analíticas dos grupos envolvidos, das noções de território, dos processos mais amplos nos quais estavam inseridos e nas características particulares que apresentavam (Cf. Guedes, 2013).

Para Velho, as frentes (pioneiras ou de expansão) correspondem ao avanço das *fronteiras* que se caracterizam mais pela expansão do “capitalismo autoritário”. A tipologia usada pelo autor buscava pensar o avanço em direção às novas terras ocupadas do Oeste norte-americano e também no caso brasileiro, a partir da Amazônia e do Cerrado, ligado ao projeto denominado “Marcha para o Oeste”, colocado em prática pelo governo do então Presidente da República Getúlio Vargas.

Na interpretação de Velho, o autor incluía não apenas os agricultores que se deslocavam para regiões desconhecidas interessados nas terras, mas também “populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, os castanheiros, pequenos agricultores” (Martins, 1997: 153).

Diferentemente, na visão de Martins (1980) existem distinções centrais entre *frente de expansão* e *frente pioneira*. O que os diferencia é que no primeiro caso, está presente o deslocamento de posseiros que representa a sociedade nacional (branca) que se expande sobre territórios tribais; já no segundo (as frentes pioneiras), “é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado” (*idem*: 75).

Para Martins, o problema na análise de Velho é que ao considerar os grupos envolvidos nesses processos como “quase homogêneos”, tratando mais do que *fizeram* do que de quem eles *eram*, acaba por não evidenciar os *diferentes interesses* existentes entre esses atores sociais. Nisto, Velho teria caído num reducionismo econômico, deixando de aplicar o “olhar antropológico” sobre os valores, projetos e interesses heterogêneos que existiam entre os diferentes grupos dessas frentes. Estes interesses são centrais na medida em que, na perspectiva do contato (Cardoso de Oliveira, 1978) assumem diferentes formas e revelam o *conflito* – entendido por Martins como *alteridade[[3]](#footnote-3)*.

Tendo em mente os grupos e segmentos mencionados por Martins (1996; 1997; 1980) como *frentes pioneiras*, a proposta que faço é de acrescentar outros elementos presentes entre os pioneiros do Oeste-paulista, grupo no qual as primeiras famílias que chegaram a Borá são classificados.

Desde 1860, começa a delinear-se uma política governamental de exploração e de ocupação da região do Vale do Paranapanema[[4]](#footnote-4). Devido à qualidade de sua terra roxa, tornou-se objeto de interesse econômico quando as plantações de café das regiões tradicionais não produziam tanto quanto antes. No curso das empreitadas para o desbravamento, a região entrou nos planos da economia cafeeira (Monbeig, 1984; Melo, 2009; Pupim, 2008) na mesma intensidade com que a economia agrícola entraria no ethos das populações que ali se formariam.

Neste vasto território que aos poucos era ocupado pelos cafezais, habitavam povos indígenas, entre eles Kaigangs, Cayuás (Guaranis) e Xavantes (Souza, 2008: 33), distribuídos entre o Oeste-paulista e Norte do Paraná. Estes povos foram sendo exterminados aos poucos desde que as políticas de exploração começaram (Cf. Borges, 2007; Monteiro, 1984). Contudo, nem sempre ficam claro os processos pelos quais indígenas, fazendeiros, proprietários de terra, comerciantes, empreendedores do café e burocratas do Estado, entraram em contato. Quero dizer, em quais condições sociais e históricas essas “frentes pioneiras” se constituíram, quais os seus interesses e quais eram os conflitos em questão na tomada das terras.

Em primeiro lugar, é importante destacar que até entre 1860 e início de 1900, os conflitos entre brancos e indígenas foram mais intensos, no entanto, não se extinguiram completamente depois da “pacificação indígena” de 1912[[5]](#footnote-5). Eles persistiriam por algum tempo e seriam definitivamente encerrados, com a vitória dos “desbravadores”, quando a estrada de ferro começa a delinear seu caminho no Oeste-paulista. Entretanto, no que tange aos conflitos mais localizados, estavam envolvidos os posseiros e proprietários de terras – adquiridas por compra, posse ou grilagem.

Ghirardelli (2002), em seu estudo sobre a ocupação de terra rural no Noroeste-paulista, observa que a propriedade de terras do Oeste-paulista sempre foi confusa quando analisadas em seu estatuto de posse. Segundo o autor, “o fato é que grande maioria das terras foi grilada ou ocupada ilegalmente” (: 91), se observadas estritamente nos termos das leis que vigoravam nas formas de negociações da época empreendidas por proprietários, pelo Estado, por grileiros e posseiros.

As transformações políticas do final do século 19, como a instituição da República, chamam a atenção na medida em que a terra ganha outro status na vida social. Como coloca Ghirardello (2002):

É importante observar que, após a República, a ânsia de enriquecimento adormecida ou camuflada no antigo regime aflora por inteiro. A especulação e o lucro serão os paradigmas do período. Se no Império a figura “do indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer” não é bem-aceita, a República transformará, em muitos casos, “homens representativos da monarquia” em “ativos especuladores e negocistas” (Prado Jr., 1994, p.208). A República, portanto, libera e incentiva práticas consideradas inaceitáveis no antigo regime, entre elas, a nosso ver, a acumulação de terras feita sob quaisquer condições (*idem*, 2002: 77).

O trecho acima demonstra que a ocupação e povoamento do território pelas “frentes pioneiras” deram origem aos primeiros proprietários de terra. A aquisição dessas propriedades estava relacionada às mudanças das políticas de acumulação de terras. O que, por sua vez, além de favorecer os negócios também gerava um desejo crescente pela descoberta de novas terras, que fossem produtivas e que pudessem corresponder ao mercado agrícola que se abria cada vez mais. E nessa empreitada qualquer um que impedisse a saciação desse desejo era inimigo.

Simonetti (1999) ao realizar seus estudos a partir do assentamento Reunidas em Promissão (SP), fala dos antecedentes do território hoje ocupado pelos assentados. No processo de ocupação do Oeste-paulista, segundo a autora,

Se o conflito entre índios e a frente de expansão significou perdas para os índios, com o avanço da frente pioneira eles foram destruídos, expulsos ou incorporados à sociedade ‘civilizada’ pois, nessas áreas, a perspectiva de altos ganhos com a alta fertilidade aumentou a demanda por novas terras. Nesse processo entraram não só grandes fazendeiros que procuravam expandir seus cafezais e negócios, como também médios e pequenos proprietários em busca de oportunidades de ampliar suas propriedade e expandir suas plantações de café. Surgiu também, de forma expressiva, a figura do especulador e das companhias colonizadoras que lotearam as terras para revendê-las a pequenos proprietários (*idem*: 21).

Estes últimos, os pequenos proprietários, aumentariam aos poucos suas posses e muitos se tornariam grandes donos de terras. O status econômico e social adquirido por eles se estenderia para as gerações posteriores e alcançariam seus descendentes. Foram em suas terras que as freguesias, vilas e cidades emergiriam.

No caso de Borá não foi diferente. As incursões pioneiras na região possibilitariam o surgimento de pequenos e grandes proprietários. Partes das terras adquiridas na localidade acabariam sendo doadas para que a cidade se constituísse. Estas doações, no entanto, ganharam outros contornos que, para além de simples doações[[6]](#footnote-6), significariam no futuro o status social das famílias descendentes desses proprietários. A participação desses atores no desenvolvimento local investiu seus familiares e descendentes de legitimidade sobre o controle e gestão das tradições locais e da transmissão da memória coletiva (Cf. Halbwachs, 1990; Appadurai, 1981).

1. **CAFÉ, FERROVIA E *GENTE***

O café passou a ser plantado no Brasil ainda no século 18. A região do Vale do Paraíba, divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro, tornou-se no curso do século 19 a região de maior produção da cultura. Por volta de 1850, o café atingiu seu auge. Nas décadas seguintes, devido ao esgotamento do solo, das terras erodidas pela intensa rotina de plantio e a escassez de mão de obra (a oficialização do fim da escravidão), o café entra em declínio no Vale do Paraíba, sendo direcionado para o Oeste-paulista.

Essa transferência mais do que representar a busca por novas terras para o plantio do café, ela inseriu um novo sistema de trabalho e também um novo estilo de vida baseado nas unidades familiares, principalmente, formada por imigrantes. O café deixaria de ser uma atividade restrita a mão de obra escrava passando a ser uma cultura no qual as famílias se constituíram.

A partir de 1850, a implantação da Lei de Terras no Brasil e a proibição do tráfico negreiro (que resultaria na implantação do trabalho livre no país) marcaram transformações profundas na economia agrícola, principalmente com a consolidação do café, como principal produto exportador, e a incorporação, a partir de 1870, de um novo sistema de trabalho: o colonato, com o estabelecimento de unidades familiares, formadas por imigrantes, no Oeste do Estado de São Paulo. A formação do complexo cafeeiro aumentou a divisão social do trabalho e estimulou a divisão entre campo/cidade e agricultura/indústria na economia brasileira (Priori et. al., 2011: 116).

O Oeste de São Paulo abrangia toda a região não explorada pelo governo. Essa área perpassava primeiramente as regiões de Campinas a Rio Claro, passando por São Carlos, Araraquara, Catanduva, alcançando também a região de Ribeirão Preto, onde os fazendeiros visualizaram no café uma oportunidade mais lucrativa do que na cana-de-açúcar, cultivo que praticavam, mas que era pouco rentável para os produtores.

A economia cafeeira foi a principal motivadora dos processos de povoamento, exploração e ocupação dessas áreas. O apogeu do café na porção Oeste do estado deixaria suas marcas no tempo e no espaço. Hoje essas marcas se evidenciam nos espaços públicos, nos prédios de época (os casarões), nas antigas estações transformadas em polos industriais ou em prédios comerciais. Marcas que estão em regiões profundas da memória coletiva das populações que dela dependeram (Cf. Zabello, 2005; Alves; Evangelista, 2011; Delicato, 2011).

Para dar conta do escoamento da produção do café que partia do Oeste para as regiões portuárias, foram criadas extensas linhas férreas que ligavam as áreas produtoras aos pontos de exportação do produto. Na porção mais ao sul do Oeste (região de Bauru, Marília e Assis), os trens da Alto Sorocabana e da Noroeste não apenas resolveram o problema do escoamento da produção do café, como também proporcionaram que as frentes pioneiras povoassem a região. Além disso, as estradas de ferro proporcionaram uma experiência de *transitoriedade* (Benjamin, 2009), de movimento, para as populações que aos poucos iam se formando aos arredores das estações de trens.

Sobre a relação entre o avanço dos plantios do café e das estradas de ferro em direção ao Oeste, Ghirardello (2002: 79) coloca que “as lavouras de café estavam sempre à frente da ferrovia e que as plantações direcionavam o destino das linhas”. Nesse processo, o café, a estrada de ferro e os pioneiros compõem a tríade de personagens que modificaram a paisagem natural do Oeste-paulista, penetrando em regiões habitadas apenas por populações indígenas.

“A estrada e o caminhão, completando a ferrovia”, escreve Monbeig (1984: 201), “permitiram que os pioneiros se afastassem ainda mais, pois tinham a certeza de poder transpor sua produção”. Chamo a atenção aqui para as estradas de ferros por serem significativas neste processo, pois foram elas que conduziram o processo das aglomerações de pessoas que resultaram na formação das comunidades rurais (similares à formação de Borá).

Como lembra Faleiros (2007: 4), os contingentes populacionais que se constituíram em torno do café, foram tradicionalmente batizadas pelos nomes das estradas de ferro que as talhavam. A centralidade das estradas no povoamento do Oeste-paulista estava, principalmente, nas vias de comunicação abertas pelas ferrovias. Pupim (2008: 52) observa que foram elas que determinaram a “demarcação dos loteamentos rurais, das fazendas e inclusive dos núcleos urbanos”.

Ainda de acordo com Pupim, nos anos de 1910,

[...] a retomada da expansão cafeeira levou à criação de mais 31 municípios e, na década seguinte, quando o Governo provincial assumiu diretamente a política de sustentação do café, houve uma febre expansionista na frente pioneira, em que mais 53 municípios foram criados. Assim, São Paulo entrou na crise de 1929 com uma rede urbana constituída por 245 municípios, quase a metade do número atual (*idem*, 2008: 119).

Os muitos quilômetros de estradas de ferro que foram construídas pelo interior paulista, tiveram como resultado novas terras cultivadas, e os interesses agrícolas promovidos; também novas indústrias começariam a funcionar, e “muitos milhares de libras esterlinas seriam necessários para incrementar os melhoramentos urbanos e o desenvolvimento rural” (Ivano, 2000: 160).

Girardello (2002: 87), analisando as perspectivas de progresso da época coloca que: “Os trilhos [...] em virtude de sua presença física [...] seria a garantia de transporte para a futura produção”. Com efeito, não somente a presença física dos trilhos marcaram significativamente as cidades do interior paulista como ainda hoje podemos ver. Eles registraram tanto na paisagem física, quanto simbolicamente, os sentidos do “progresso” para as populações dessas regiões.

O “progresso” trazido pela economia cafeeira modificaria para sempre a paisagem do interior paulista. As estradas de ferro simbolizavam os caminhos da modernização. Inclusive, o ferro é um símbolo a destacar aqui por carregar uma representação quase universal do progresso material das nações.

No que tange as estradas de ferro e a modernização das cidades, Borges (2011) escreve que:

No século XIX, os caminhos de ferro simbolizavam o progresso material das nações. O Mundo Ocidental conheceu um fenômeno denominado *coqueluche ferroviária* para expressar a grande expansão das vias férreas, na época. Os trilhos foram um poderoso instrumento de unidade econômica e social, linguística e cultural, bem como de propagação de ideias, crenças, sentimentos e costumes. Por outro lado, não há como negar que as ferrovias serviram de instrumentos de colonização e dominação utilizados pelas grandes potências. A história nos revela que as vias férreas sempre estiveram sob a tutela do poder de Estados ou de grupos econômicos, e serviram de elemento modernizador e civilizador, segundo os interesses dominantes. Isto é, as vias férreas expandiram-se a serviço da hegemonia política das grandes potências e da acumulação capitalista (idem: 28).

Walter Benjamim, em suas *Passagens* (2009: 40), observa que a modernização de Paris se caracterizava pelo uso abundante do ferro – um material de construção artificial, que passou a ser utilizado na construção das passagens, nos pavilhões de exposição e nas estações de trem. Um material destinado às “construções que serviam para fins transitórios”, lugares exclusivos para o trânsito de pessoas, que produziam a experiência da passagem, do movimento, da não fixidez. As condições sociais da utilização em larga escala do ferro como base material do desenvolvimento imprimiu na sua constituição uma imagem que denota o progresso.

Hoje os trilhos que cortam as áreas rurais pelas rodovias do Oeste-paulista ou que cruzam as cidades, assim como as estações abandonadas ou reformadas para uso turístico e comercial, que quase não se destacam mais em meio à paisagem urbana, são agentes do espaço público que atualizam o discernimento das consciências coletivas sobre os sentidos do progresso. Eles não estão nem situados por completo no passado nem são fruto das obras do tempo presente, se encontram mais em uma temporalidade que se caracteriza por ser contingencial na experiência e na percepção daqueles que os observa.

Ao passo que a ferrovia penetrava, a produção cafeeira crescia e passava a exigir um contingente maior de força de trabalho em suas lavouras. De acordo com Carvalho (2007),

Ao mesmo tempo em que a produção cafeeira crescia e as ferrovias se multiplicavam, o crescimento populacional acompanhava tal expansão. A necessidade de um maior contingente de mão-de-obra para a lavoura leva os cafeicultores a exercerem uma política de incentivo à imigração, sendo os imigrantes “parcela importante da mão-de-obra das fazendas de café”. O povoamento tendia a acompanhar as ferrovias e a produção cafeeira (Carvalho, 2007, p. 4).

Ainda segundo Carvalho (2007), a partir de 1886 a imigração ganha importância no estado de São Paulo, ela se intensifica e fortifica até a década de 1930. Boa parte dessa *gente* era dirigida para as regiões de cultivo do café que na época eram tidas como prosperas, onde poderia dar início à vida no novo país.

A origem dos imigrantes era diversificada, predominando até 1925 os italianos, seguidos dos espanhóis, portugueses e, em menor quantidade, de eslavos, sírios, japoneses e outras nacionalidades (cf. Monbeig, 1984: 147).

Bassanezi (2012), pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (Nepo), ao considerar as dinâmicas populacionais provocados por essa imigração coloca que:

Embora estatísticas precisas sobre a imigração internacional sejam difíceis de obter, não restam dúvidas de que os números foram grandes. Não só o volume, mas também as características dessa corrente imigratória na estrutura e na dinâmica populacional e interferiram no processo de transição demográfica das regiões onde os imigrantes se inseriam. Ademais, os imigrantes e seus descendentes intensificaram a mobilidade geográfica, provocando modificações constantes na distribuição espacial da população e na ocupação do território paulista (idem: 87).

1. **BORÁ, CENTRO OESTE PAULISTA**

Nesta etapa do processo de povoamento do Oeste-paulista, é importante lembrar que o plano governamental de inserção da mão de obra estrangeira no país optou preferencialmente por uma imigração de *famílias*. O conjunto familiar proporcionava aos cafeicultores maior estabilidade na fixação do imigrante na lavoura, evitando a mudança constante desses trabalhadores agrícolas de uma fazenda para outra (Cf. Cintra, 2010).

As famílias pioneiras de Borá eram de nacionalidade portuguesa e italiana. Encontraram-se na região por motivos diferentes. Mas todas estavam ligadas pelas necessidades comerciais que mantinham com os trilhos da Alta Sorocabana, que nos idos de 1916 já alcançavam os municípios de Bartira, Cedrinho, Paraguaçu Paulista, Sapezal, Quatá, João Ramalho e Rancharia, cidades localizadas no centro-oeste do Estado, circunvizinhas do território onde está delimitado o município de Borá.

As famílias e comunidades que se formaram próximas à estação ferroviária da cidade de Sapezal (hoje distrito de Paraguaçu Paulista), deram origem as vilas e posteriormente cidades que constituem a região.

Em todas as outras estações que se espalhavam pelo Oeste, se tornou comum uma maior circulação de pessoas. Fossem viajantes, trabalhadores das ferrovias ou comerciantes, todos eram motivados pelo impulso da ferrovia, ela era a garantia contra o isolamento (Monbeig, 1984: 201).

As primeiras famílias a se estabelecerem em Borá eram de comerciantes. Com a aquisição de terras na região, chegaram até a localidade e ali ficaram nos acampamentos ocupados pelas antigas expedições do governo para a exploração da região. Ao passar do tempo, foram construindo suas casas e cercando suas propriedades.

Em 1918, a família Vedovatti, a primeira família pioneira, ia até Sapezal, uma das paradas dos trens, para comercializar produtos alimentícios (Marconato, 1997: 2). Em seguida, outras famílias (reconhecidas até hoje pelos *sobrenomes[[7]](#footnote-7)* Souza, Caldas, Trancoso, Merci, Bergolato, Furniel e Leovezete), desta vez de imigrantes portugueses e italianos, vindos da região noroeste e norte do Estado, chegaram e também se estabeleceram na localidade.

“Essas famílias abriram as primeiras picadas – as atuais estradas – que ligariam *Borá* ao Distrito de Sapezal e à cidade de Paraguaçu Paulista”, escreve Marconato (1997: 3) em seu estudo sobre a história de Borá. Nesta época, observa a autora,

A primeira medida foi a derrubada das matas para plantio, providenciando também o alargamento das picadas para que pudessem, na época da safra, facilitar a passagem de carroças para o transporte das colheitas (idem).

A base econômica da cidade sempre esteve assentada na agropecuária e na agricultura. Entre as principais culturas destacavam-se o milho, o café, a mandioca e o amendoim. A partir de 1923/24, inicia-se a construção das casas e da igreja. É neste mesmo período que se institui a vila Borá[[8]](#footnote-8) (idem: 4). Até 1964 Borá era distrito de Paraguaçu Paulista, não tinha autonomia política e dependia quase que exclusivamente do município vizinho. É nesta data que deixa de ser distrito e torna-se município.

1. **PROCESSOS DE RACIONALIZAÇÃO E OS SIGNIFICADOS DA *POSSE* DA TERRA**

Neste ponto, abro um breve espaço para abordar o processo de municipalização de Borá e suas implicações para os fazendeiros e donos de terras. Como colocado acima, até a década de 60, a cidade era distrito de Paraguaçu Paulista, a ausência de autonomia política passara a se tornar um problema para um grupo de moradores, nisto passaram a reivindicar a emancipação do distrito, queriam uma organização política própria que se adequasse aos interesses locais.

Conforme mencionado no início do capítulo, a posse de terra havia sido central no processo de povoamento e ocupação do território pelas *frentes pioneiras* (Martins, 1980; 1997; 1996; Guedes, 2013). Os proprietários de terras, grandes ou pequenos, tinham opiniões diferentes a cerca da emancipação. Nem todos eram favoráveis. Para os que eram contra, Borá deixando de ser distrito a fiscalização de suas produções e rendas seriam mais rígidas, teriam que arcar com impostos e demais tributos. Já os que eram favoráveis, viam na autonomia municipal e na instituição política um caminho para o desenvolvimento da cidade.

Mesmo a maior parte destes últimos também sendo donos de terras, não questionaram os encargos que teriam que arcar, eles encontraram na política um meio de ascensão social diferente daquela conferida pela tradicional posse da terra. Daí surgiria às famílias envolvidas com a política na cidade. As famílias pioneiras que se envolveram mais diretamente com a emancipação de Borá seriam os futuros prefeitos e vereadores, assim como alguns de seus descendentes também ocupariam os mesmos cargos públicos.

Para analisar esse processo, quero explorar a relação entre os fazendeiros favoráveis e os que eram contra a autonomia política da cidade. Para isto, alguns nomes e situações precisam ser mencionados para compreendermos a heterogeneidade dos interesses entre os “pioneiros” em Borá[[9]](#footnote-9).

Em seu estudo sobre a história local, Marconato (1997: 11) menciona diversas pessoas envolvidas no desenvolvimento da cidade. Ao retomar períodos antes da emancipação, lembra que muito desses proprietários fizeram doações de terras e também financeiras, como por exemplo, o terreno doado para a construção da capela (hoje igreja de Santo Antônio), para a primeira escola e a ampliação do cemitério, os investimentos financeiros para a instalação da primeira linha telefônica e dos postes de energia contaram com doações de 13 famílias[[10]](#footnote-10).

Nomes como Hipólito Barreiros e Manoel Caldas, são mencionados neste contexto como importantes na luta pela emancipação do distrito. Entre os que eram contra, Marconato faz menção a um fazendeiro em particular que teria destoado da maioria. Manoel Antônio de Souza, de nacionalidade portuguesa, foi um dos primeiros a chegarem à localidade com sua família. Ele era um pioneiro que havia adquirido terras e prosperado ali. Tornou-se um dos maiores proprietários entre as outras famílias. Quando a vila ainda estava se estruturando, foi ele quem doou dinheiro para a aquisição dos postes de eletricidade.

Em uma das entrevistas realizadas por Marconato com um dos “pioneiros”, o senhor Manoel Caldas (80 anos na época da pesquisa realizada pela autora), diz que:

“Os grandes fazendeiros eram contra a emancipação política do distrito de Borá devido ao fato de fazem negócios escondidos. Se fosse elevado a município, seriam descobertas suas falcatruas. Manoel Antônio de Souza foi contra. Não queria que Borá fosse município. Para os sitiantes não era bom ser distrito pelo fato de que eles tinham que arrumar até estradas” (Marconato, 1997: 12).

Ser possuidor de terras exercia forte influência social neste contexto. É a posse da terra que legitima e produz valor moral nas relações. Os grandes fazendeiros estão aqui em oposição aos pequenos proprietários de terras. Não só a quantidade de terras que possuem que os diferenciam, mas a capacidade produtiva da terra e sua importância para a economia local. A institucionalização política representava para a maioria deles a organização burocrática, uma instância de poder distinta daquela onde o valor simbólico da posse da terra era determinante na condução das relações sociais e da vida local.

Max Weber (1999: 101), em seu clássico *Economia e Sociedade*, considera que o processo de racionalização imposto pela economia capitalista teria produzido nas relações sociais um “cálculo racional das consequências e possibilidades jurídicas de suas ações referentes a fins”. A institucionalização das formas racionais do direito sobre a posse de algo, nas palavras de Weber,

Um elemento essencial para a racionalização da conduta é a substituição da íntima submissão ao costume, [...], para a adaptação planejada para uma situação objetiva de interesse (idem: 327).

A instrumentalização legal da posse da terra modificou também a forma como o direito sobre ela era pensado. Margarida Moura (1988), em *Os* *deserdados da terra*, pesquisa realizada entre o final da década de 70 e início dos anos 80, demonstra como no Vale do Jequitinhonha (MG) a substituição do *costume* pela *lei* reordenou o conjunto das relações em torno da posse da terra.

No caso analisado pela autora, ocorria a expulsão de agregados de suas terras e fazendas na medida em que os falsos fazendeiros tentavam expandir seu território impondo “relações assalariadas em detrimento das antigas relações sociais baseadas num código oral que atravessou gerações” (Ricci, 1988: 166). Aos poucos, os camponeses percebem que ao recorrerem a Justiça para legitimar a posse de suas terras, a jurisprudência não consegue traduzir e comportar a dimensão das relações reproduzidas ao longo de suas experiências.

José de Souza Martins, no prefácio do livro de Moura, define esse contexto como “o encontro e o desencontro do jurídico e do costumeiro” (1988: XIII). As terras que eram tradicionalmente distribuídas e organizadas com base em “favores” e “contratos morais” entre os camponeses, deram lugar a “contratos formais”, balizados por regras claras e concessões rígidas conferidas pelos fazendeiros.

Em suma, embora no caso de Borá não se trate de uma relação de poder estabelecida entre grandes fazendeiros e camponeses, o trabalho de Moura nos ajuda a pensar sobre as instâncias legais e os processos de burocratização como tensões que se instauraram na relação entre os pioneiros.

Em Borá os grandes proprietários tiveram dificuldade em lidar com essa linguagem jurídica. O problema central não girava em torno apenas dos tributos que teriam que pagar e a regularidade das documentações que precisariam apresentar (muitos eram grileiros), mas consistia numa questão territorial, pois suas fazendas e terras estavam situadas no perímetro que passaria ser delimitada para a nascente cidade.

Além desse aspecto, quero chamar a atenção aqui para o valor moral da terra, sobretudo, o caráter político que assume neste e em outros contextos de povoamento, aquisição de terras e processos de municipalização. Ana Claudia Lyra (2011: 140), ao estudar a formação da cidade de Passo Fundo (sul de Minas Gerais), região povoada desde o final do século 19, observa que a terra adquire “um status de valor moral e elemento formativo da própria identidade poço-fundense”. A autora sustenta que o valor da terra é “uma moeda de troca fundamental nas relações de autoridade/dominação e na formação da identidade territorial, construindo campos de poder que estruturam as organizações territoriais, como os bairros rurais e as cidades” (*idem*).

Conforme coloca:

Possuir a terra significa ter o poder e ser percebido como poderoso chefe local da região [a terra é fonte de “capital simbólico”, para utilizarmos a expressão consagrada por Pierre Bourdieu (1987)]. Este valor indissociavelmente político, econômico e simbólico conferido à terra outorga, por extensão, um valor de propriedade ao lugar e às próprias pessoas pertencentes a este local. A fazenda surge como um território-embrião de poder social e econômico, território que será estendido e projetado em outros âmbitos de experiência territorial, como o da cidade. (*idem*: 140-141)

Esse “capital simbólico” não emana da terra em si como uma entidade abstrata, mas sim daquilo que a *posse* sobre ela representa: *uma relação*. Toda posse se sustenta na ideia de direito e legitimidade sobre algo. Marilyn Strathern (2009: 13) observa que uma das primeiras questões em torno da terra é que a própria linguagem da propriedade denota uma compreensão restrita do que seria ser *possuidor*.

Por esta linguagem estar relacionada a um discurso jurídico (que legitima e confere o direito da posse), ela assume a característica de um bem material, algo palpável, determinado, como uma mercadoria. O aspecto da linguagem jurídica, muitas vezes, não nos permite acessar as múltiplas subjetividades que giram em torno da terra. Neste sentido, Strathern chama a atenção para pensarmos a terra como um *recurso*.

Por um lado a terra é percebida como uma fonte abrangente e não apenas de sobrevivência mas de vida, e não apenas a vida dos indivíduos, mas a vida da sociedade, ou, na sua maior extensão humanidade. Por outro lado, a terra é um recurso que os seus proprietários podem explorar, que se torna uma fonte de riqueza, bem como sustento, que pode ser feita produtivamente (Strathern, 2009: 16 – *tradução nossa*).

No caso de Borá, a terra servia para os grandes fazendeiros como um recurso para a produção de um *prestígio local*. Manoel Antônio de Souza, o fazendeiro que foi contra a emancipação da cidade, fora mencionado no depoimento registrado por Marconato por ser um ator significativo nesse processo. Era, por certo, sua posição social naquela comunidade que legitimava suas reclamações. Ele era detentor de prestígio, era um pioneiro que havia prosperado e suas posições eram respeitáveis.

No entanto, mesmo o prestígio fosse um recurso social que portava certa eficácia, não resistiu aos interesses políticos e econômicos que se apresentavam na ocasião da emancipação. Apesar da vontade contrária deste e de outros sitiantes, Borá foi elevada a município.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, é possível apreender que com as mudanças legais advindas com a racionalização da vida nas cidades, também impôs significativas transformações no sistema simbólico das relações entre os atores sociais. Os fazendeiros e grandes proprietários teriam seu prestígio reduzido na medida em que uma nova classe política surgia. De fato, a posse da terra permaneceria como elemento importante na configuração social dos *boraenses*, contudo, a força que esse prestígio exercia nos primeiros anos do povoamento seria suplantada pela força política, sendo relegadas a uma importância econômica e não mais gerencial da vida comunitária.

As primeiras eleições ocorreram em 1965. Com apenas um partido, o PSP (Partido Socialista Popular), o prefeito eleito foi Manoel Gallo e o vice Wilson Azevedo. Foram eleitos também dez vereadores. Todos estiveram envolvidos na luta pela emancipação da cidade. O conflito de interesses entre os grandes fazendeiros e os que desejavam a emancipação da cidade revela o momento da emergência de uma elite política local que permanece até os dias atuais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALVES, F. da S.; EVANGELISTA, L. de F. M. A importância da estrada de ferro “sorocabana” no surgimento e desenvolvimento do município de Avaré (SP). In: *XI Congresso de Educação do Norte Pioneiro Jacarezinho*, pp. 40-48, 2011.

APPADURAI, A. The past as a scarce resource man. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16: 201-219, 1981.

BASSANEZI, M. S. C. B. Imigração Internacional e Dinâmica Demográfica no Tempo do Café. In: TEIXEIRA, P; BRAGA; A. M. da. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BEIER, J. R. Sertão desconhecido? A representação do “Oeste paulista” no mappa Chorographico da Província de São Paulo (1841). *Tempos Históricos*, V. 18, 2º Sem., p. 457-490, 2014.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

BORGES, B. G. Ferrovia e Modernidade. *Revista UFG*, Ano XIII, nº 11, pp. 27-36, dez. 2011.

BORGES, M. C. No extremo-oeste paulista: o extermínio e a resistência indígena. Fronteiras. *Revista de História*, Dourados, MS, v. 9, n. 16, jan./jul., 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Problemas e Hipóteses relativos à fricção interétnica. In: *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARVALHO, D. F. *Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista*. 2007. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br. Acessado em: 20 fev. 2016.

CINTRA, R. A. Experiências da imigração italiana no interior paulista: imigração, trajetórias e adaptação. *Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP* – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010

CRUZ, L. de O. O “ser” e o “estar” índio: produção de identidades entre kaingang e krenak, em Vanuíre. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPGCS/UNESP, 2007.

DELICATO, C. T. Sobre lugares e trilhos: relações de sociabilidade durante a formação de uma cidade do novo oeste paulista. Tese apresentada ao PPGCS/UNESP, 2011.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Anthropology and History*. Manchester: Manchester University Press, 1961.

FALEIROS, R. N. Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937). Tese de Doutorado apresentado ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2007.

GHIRARDELLO, N. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GOLDMAN, M. Lévi-Strauss e os sentidos da História. *Rev. Antropol*., vol. 42, n. 1-2, pp. 223-238, 1999.

GUEDES, A. D. Lutas por Terra e Lutas por Território nas Ciências Sociais Brasileiras: Fronteiras, Conflitos e Movimentos. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Cartografia social, terra e território, ETTERN/IPPUR/UFRJ, Coleção Território, ambiente e conflitos sociais n.3, Rio de Janeiro, p.41-80, 2013.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IVANO, R. Crônicas de Fronteira: imagem e imaginário de uma terra conquistada. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UNESP, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: *Lévi-Strauss* (Os Pensadores). 2ed, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LYRA, A. C. Da fazenda à cidade: a territorialização da dádiva na formação de Poço Fundo (MG). R. B. *Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 1, pp. 137-150, maio, 2011.

MARCONATO, V. Borá: fragmentos do recanto. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social, Jornalismo, apresentado a Universidade de Marília, 1997.

MARQUES, A. C. M. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MARTINS, J. de S. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo história da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MELO, B. M. de. História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista. Tese de Doutorado apresentado ao PPGS/UFSCar, 2013.

MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Col. Geografia: Teoria e Realidade, Ed. Ucitec-Polis, 1984.

MONTEIRO, J. M. et al. (Orgs.). *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração Étnica*. Yankatu & CPI-SP, São Paulo, 1984.

MOURA, M. M. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Geras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PISSOLATO, E. Marshall Sahlins (1930-). In: Rocha, Everardo; Frid, Marina. (Org.). *Os antropólogos: de Edward Tylor a Pierre Clastres* (Clássicos das Ciências Sociais). 1ed.Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; PUC-Rio, v. 1, p. 265-281, 2015.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. A modernização do campo e o êxodo rural. In: Maringá: Eduem, 2012.

PUPIM, R. G. Cidade e território do oeste paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAU/IAU/USP, 2008.

RICCI, R. Resenha. Os desterrados da terra. Margarida Moura. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, Out, nº 15, pp. 165-167, 1988.

SAHLINS, M. Estrutura e História. In: *Ilhas de História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1999.

SCHWARCZ, L. M. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. Novos Estudos. *CEBRAP*, n. 72, pp. 19-135, 2005.

SIGAUD, L. As vicissitudes do “Ensaio sobre o dom”. *Mana* 5(2): 89-124, 1999.

SIMONETTI, M. C. L. 1999. A longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo, USP.

SOUZA, A. A. de. A formação histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. *Geografia em Atos*, n. 8, v.1, Presidente Prudente, 2008.

STRATHERN, M. Land: intangible or tangible property. In: CHESTERS, T. (Ed.) *Land Rights*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

VELHO, O. G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. V. 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZABELLO, M. H. Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGS/USP, 2005.

1. E. E. Evans-Pritchard (1961: 3), em *Anthropology and History*, observa que a “história não é uma sucessão de eventos, mas é a ligação entre eles” (tradução livre). [↑](#footnote-ref-1)
2. O Oeste que tratamos aqui não é somente o que está caracterizado como tal hoje. Nesta época, século 19, o Oeste abarcava as regiões de Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Rio Claro, mais adiante as regiões que fazem divisa com o Estado do Paraná, norte e noroeste do estado, também foram alcançadas. Esse Oeste conformava o conjunto do território onde estão situadas as cidades do interior paulista. No mapa, em vermelho, está delimitado uma certa ideia da dimensão desse território. [↑](#footnote-ref-2)
3. Na interpretação de Martins (1996: 27), a fronteira além de ser essencialmente lugar de conflito é também de alteridade (ver Guedes, 2013). [↑](#footnote-ref-3)
4. O Vale do Paranapanema corresponde à região do rio que porta o mesmo nome (Paranapanema). O rio é um divisor natural dos territórios dos Estados de São Paulo e Paraná. Suas nascentes estão localizadas na serra Agudos Grandes, em Capão Bonito no Sudeste do estado de São Paulo, e deságua no rio Paraná. [↑](#footnote-ref-4)
5. A chamada “pacificação indígena de 1912” ou “pacificação dos coroados” consistiu num processo de intensa luta entre populações indígenas e os grupos interessados na tomada das terras ocupadas por essas populações (Cruz, 2007). [↑](#footnote-ref-5)
6. As terras doadas para a consolidação do município de Borá persistiram ao longo do tempo como “o espírito da coisa dada”, no sentido que Mauss (2003) confere a dádiva. Ainda que hoje em dia algumas dessas famílias não possuam ou ostentem as mesmas posses de terras (por terem vendido ou arrendado para as usinas de cana), as doações e a participação de seus ancestrais nesse processo conferem o status social que gozam seus descendentes (sobre a dádiva de Mauss ver Sigaud, 1999). [↑](#footnote-ref-6)
7. Os nomes de famílias além de registrarem uma pertença comum a um sangue e a um lugar de origem, também conferem prestígio, autoridade e legitimidade a determinados grupos (Cf. Marques, 2002: 223). [↑](#footnote-ref-7)
8. O nome provém, segundo moradores mais antigos, do nome de uma abelha que, antes da localidade ser povoada, proliferava na região. [↑](#footnote-ref-8)
9. Essa diferença de interesses entre as famílias pioneiras vai de encontro com as observações de Martins (1980), discutidas neste trabalho, p. 24. Ao considerar a heterogeneidade desses grupos, é possível apreender que seus interesses não eram distintos apenas no processo de povoamento, mas também na própria constituição das cidades. [↑](#footnote-ref-9)
10. Doações que na época somaram 17.300 réis (Marconato, 1997: 11). [↑](#footnote-ref-10)